

Questões de Direito Administrativo, parte III

1) Em 07/01 foi publicada a nomeação de Lia para cargo efetivo. O edital exigia inspeção médica oficial prévia à posse. Em 12/01, a junta solicitou exames complementares e só concluiu o laudo em 25/04, atestando aptidão. Em 27/04, Lia requereu, fundamentadamente, prorrogação do prazo para posse por 30 dias, a qual foi deferida. Ela assinou o termo em 20/05. À luz das regras de contagem, suspensão e prorrogação do prazo de posse, avalie a situação descrita.

A) Irregular, porque a perícia não suspende a contagem do prazo para posse.

B) Irregular, pois a suspensão por perícia se limita a 30 dias e foi ultrapassada.

C) Regular: a exigência de perícia suspendeu a contagem até 25/04, e a prorrogação de 30 dias permitiu a posse em 20/05.

D) Irregular, porque a posse deveria ocorrer até 06/02, independentemente de laudo.

E) Irregular, pois a prorrogação é vedada quando há perícia médica no período.

2) Jair foi considerado inapto pela junta médica em 03/03. Em 07/03 (dentro do prazo legal), interpôs recurso administrativo, juntando novos documentos. O órgão manteve a inaptidão em 02/04. Considerando o regime de prazos para a posse e os efeitos do recurso contra decisão médica, qual é o efeito temporal correto sobre a contagem do prazo para posse?

A) Interrompe-se a contagem, reiniciando por inteiro a partir do julgamento do recurso.

B) Suspende-se a contagem por 30 dias, desde que o recurso tenha sido interposto no prazo legal.

C) Suspende-se a contagem por 120 dias, independentemente do tempo de análise.

D) Não há qualquer efeito sobre a contagem do prazo para posse.

E) Converte-se o prazo de posse em prazo para exercício.

3) A publicação da nomeação de Renata ocorreu em 15/05; ela tomou posse em 29/05. Sem qualquer justificativa ou pedido de prorrogação, Renata não iniciou o exercício até 05/07. Diante do quadro e dos prazos legais, qual é a consequência própria dessa inobservância?

- A) Torna-se sem efeito o ato de provimento.
- B) Configura abandono de cargo, com demissão.
- C) Aplica-se multa com desconto em folha.
- D) Exoneração, por não ter iniciado o exercício no prazo legal.
- E) Perde a posse, devendo repeti-la.

4) Em 08/08 foi publicada a remoção de Hélio para outra sede, em município diverso. Ele estava em férias regulares até 20/08. Retornou em 21/08, usufruiu trânsito de 6 dias e se apresentou na nova unidade. Considere as regras sobre exercício na remoção e o período de trânsito.

- A) O prazo de exercício conta da posse, e o trânsito máximo é de 15 dias.
- B) O prazo de exercício conta da publicação da remoção; se o servidor estava em férias, conta do retorno; o trânsito é de até 8 dias.
- C) O prazo de exercício é sempre de 15 dias da ciência pelo chefe imediato.
- D) Em remoção, não há trânsito; o servidor deve se apresentar no primeiro dia útil após a publicação.
- E) O prazo de exercício conta da nomeação e não sofre influência das férias.

5) Paula foi designada para substituir, temporariamente, o titular de um cargo de direção que entrou em licença. Deseja receber o padrão e as vantagens do substituído, sem abrir mão de suas vantagens pessoais, e ainda acumular o vencimento do seu cargo de origem enquanto durar a substituição. À luz do regime aplicável, é correto afirmar que:

- A) Ela pode acumular vencimento do cargo de origem com o padrão do substituído, além das vantagens pessoais.
- B) Ela recebe apenas diárias e mantém integralmente tudo o que já recebe.
- C) Ela deve optar: percebendo o padrão e as vantagens do substituído, mantém suas vantagens pessoais, mas não acumula o vencimento do cargo de origem.